



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Página 1 de 4

Processo nº. 2557/2024.

Pregão Eletrônico nº 058/2024

Versa o presente processo sobre a eventual contratação de serviços de exames laboratoriais, nos termos do edital.

Insurge-se a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE BEM VIVER - ABBV, impugnando o edital, em síntese, em relação a utilização de pesquisa de preços de mercado como parâmetro de preços e o descumprimento do direito das entidades na contratação, conforme previsão legal.

Já a empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, impugnando o edital em relação à restrição de participação de empresas de outros municípios.

É o relatório, passa-se ao mérito.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o questionamento do INSTITUTO HERMES PARDINI S/A já foi objeto de discussão no Pedido de Esclarecimento nº 058/2024, em que a Secretaria Municipal de Saúde já respondeu informando que é inviável a contratação fora do município devido ao desgaste aos pacientes, além do transporte deles que seria necessário.

Quanto ao questionamento da ABBV, por ser entidade filantrópica sem fins lucrativos teria direito de preferência em relação às instituições privadas, vejamos.

O art. 199 da Constituição Federal traz a informação de que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e o seu parágrafo primeiro informa que podem participar de forma complementar as instituições privadas, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

*Rua Alfredo Chaves, 39 – Centro – Sumidouro/RJ – Telefax: (22) 2531-1128 R: 360
CEP: 28637-000 – e-mail: juridico@sumidouro.rj.org.br*



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Página 2 de 4

“Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”

De igual forma os artigos 4º, 24 e 25 da Lei 8080/1990, Lei Orgânica do SUS:

“Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

Art. 25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).”

Ainda, a Portaria n. 2567 de novembro de 2016, prevê:

*Rua Alfredo Chaves, 39 – Centro – Sumidouro/RJ – Telefax: (22) 2531-1128 R: 360
CEP: 28637-000 – e-mail: juridico@sumidouro.rj.org.br*



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Página 3 de 4

“Art. 3º Nas hipóteses em que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios forem insuficientes e comprovada a impossibilidade de ampliação para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinado território, o gestor competente poderá recorrer aos serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada.

§ 1º Na complementação dos serviços de saúde deverão ser observados os princípios e as diretrizes do SUS e as normas técnicas e administrativas aplicáveis.

§ 2º Assegurada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos e ainda persistindo a necessidade quantitativa dos serviços demandados, o ente público recorrerá às entidades com fins lucrativos.”

O § 1º do art. 199 da Constituição Federal e o art. 25 da Lei nº 8.080/90 garantem a preferência das entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos na participação complementar no SUS.

O § 4º do art. 130 da Portaria de Consolidação nº 1/2017 do Ministério da Saúde, que regula a matéria, dispõe que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos deixarão de ter a preferência e concorrerão no respectivo processo de licitação em igualdade de condições com as entidades privadas lucrativas, caso não cumpram os requisitos fixados na legislação vigente.

Da interpretação conjunta dos artigos 62, 67, 68, 69 e 184 da lei 14.133/21 depreende-se que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos devem atender aos requisitos legais.

A Administração Pública, além de observar o Edital, também atenderá a Constituição Federal e as leis, no caso concreto o Edital do credenciamento não



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Página 4 de 4

observou a obrigação de dar preferência a entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, imposto pela Constituição Federal.

É impertinente conferir relevância demasiada e desproporcional a vinculação ao edital, de modo a acarretar indevida submissão da lei às regras editalícias, em desvirtuamento do regime de legalidade estrita ao qual se submete a Administração Pública.

Por todo o exposto acima, opino pelo PROVIMENTO da impugnação da ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE BEM VIVER - ABBV, no que tange à declaração do direito de preferência no que lhe couber, se mostrando descabida a possibilidade de exclusão de tal direito.

Entretanto, relação à utilização de pesquisa de preços de mercado como parâmetro de preços, compete à Secretaria de Saúde, juntamente com seu corpo técnico, avaliar e decidir se procede o pedido da ABBV.

Já quanto ao questionamento do INSTITUTO HERMES PARDINI S/A opino pelo IMPROVIMENTO da impugnação, mantendo incólumes os itens do Edital.

Ao Setor de Licitações para conhecimento. Após, dê-se ciência às interessadas.

Sumidouro – RJ, 16 de outubro de 2024.

TAYNAN TAYT-SOHN DA CRUZ
Assessora de Procuradoria
Matrícula 23.01.4994
OAB/RJ 198.977

PAULA RÚBIA ARAUJO CARDOSO
Procuradora Geral do Município
Matrícula 21.01.4484
OAB/RJ 219.703